

Renegociação sem FMI, não

O acordo provisório que o Brasil deve fechar nos próximos dias com os bancos credores, pelo qual o País deposita cerca de US\$ 500 milhões no Bank for International Settlements em troca da manutenção das linhas de curto prazo, não é exatamente o que o Governo pretendia no mês passado, quando apresentou sua proposta de renegociação global da dívida externa, com refinanciamento de US\$ 10,4 bilhões sem passar pelo Fundo Monetário Internacional.

A solução ditada pelo Departamento do Tesouro segue uma linha que começa pela suspensão da moratória — mesmo que o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, diga que não suspende nada antes de um “sinal claro” de boa vontade da parte dos credores — e termina, inevitavelmente, num acordo com o FMI. O compromisso que o negociador Fernão Bracher deve firmar brevemente subentende estes pressupostos.

Assim como nos primeiros dias tentou-se chamar a suspensão dos pagamentos dos juros de “moratória técnica”, pode-se agora denominar de “suspensão técnica” da moratória, para encobrir a verdade que é, finalmente, o País se dobrando à realidade da ordem monetária internacional que ainda é ditada por Washington. O País deverá se comprometer, neste acordo-paliativo, a fazer um segundo depósito, de US\$ 1 bilhão, até o final do ano.

Com isso fica evidente que fracassou a tentativa de empurrar com o jeitinho brasileiro o problema da dívida externa. Não se conseguiu nenhum começo de acordo, a não ser esse acerto para evitar a reclassificação dos créditos por parte dos Estados Unidos, e agora a normalização das relações com os credores governamentais do Clube de Paris ficará também emperrada. Tudo continuará como antes, aguardando a disposição brasileira para assinar uma carta de intenções com o FMI.

Moral da história: as incertezas que a área externa joga sobre a política econômica aplicada aqui dentro continuam exatamente as mesmas, os investimentos estrangeiros (inclusive os tais nipodólares) continuam onde sempre estiveram e não se afastou de todo a hipótese de um ajuste recessivo em 1988, com FMI. Passa-se agora a contar com o agravamento da crise do dólar, como se fosse possível ao Brasil sair incólume da confusão mundial.